

A LÍNGUA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI NUMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Jefferson Santos da Silva
professorjefferson22@yahoo.com.br

1. Introdução

Basicamente, esse projeto é dirigido a professores de língua portuguesa, com o objetivo de aprimorar o tratamento da linguagem informal sem que esse exclua o ensino e a aprendizagem da norma padrão da língua portuguesa falada e escrita no Brasil. Atualmente, notamos duas grandes e influentes correntes de pensamento no ensino da língua portuguesa. A primeira prega o zelo no ensino da gramática e da norma culta, como podemos notar nos compêndios escolares e de lingüística normativa, a exemplo das obras de Luiz Antonio Sacconi, enquanto a segunda prega a liberdade de uso da língua, como pode ser visto no que apregoa Marcos Bagno. Como lidar com estas situações e com a linguagem que o aluno traz de casa? Essa linguagem não somente deve ser respeitada, como incentivada no âmbito informal, já que não é pertinente, nem necessário, que o estudante use ênclises ou mesóclises, por exemplo, em uma conversa informal. Também será visto o outro lado da questão: a importância do ensino da norma padrão da língua portuguesa. Assim, o discente deve ser levado a perceber a adequação linguística à situação enunciativa, de forma que ele não confunda o uso informal da língua em uma festa entre amigos, por exemplo, com a escrita de um relatório acadêmico. Vale ressaltar que somente por meio da aquisição da linguagem formal, que podemos formar indivíduos capazes de exercer a cidadania em sua plenitude.

Esse trabalho visa a desmistificação do ensino da língua portuguesa, pautado exclusivamente no caráter normativo, e a valorização da linguagem informal enquanto discurso possível e adequado em determinados contextos; visa, também, atuar como um ponto de equilíbrio entre as duas correntes de ensino da língua portuguesa supracitadas, pois ambas acabam por tornarem-se fortes adversárias, o que gera radicalismos no ensino da língua. Como afirmou Helênio Fonseca de Oliveira [1999], “Os dois extremos, como sempre, estão

equidistantes da verdade”, e por isso é necessário que analisemos o que ambas correntes têm de bom e formemos uma nova metodologia de ensino.

Outra importante contribuição é o reconhecimento de que o cidadão tem direito a dominar todas as formas de expressão falada e escrita, e que essas formas podem lhe servir de passaporte para usufruir os bens culturais de seu país.

1.1. Origem do tema

O tema surgiu a partir da constatação da preocupação excessiva dos professores de língua portuguesa em ensinar normas gramaticais, dando a entender que somente existe uma forma de expressão da língua, e essa forma de expressão seria utilizada tanto na linguagem formal quanto na linguagem informal. Como existe diferença entre a linguagem formal e a linguagem informal, deve haver diferenciação no ensino da norma padrão da língua portuguesa ensinada na escola, de forma que a língua padrão não seja vista como a única possibilidade correta de comunicação e que todas as possibilidades de linguagem informal sejam respeitadas em seus respectivos usos e em suas respectivas comunidades de falantes.

2. A importância do ensino da norma padrão

Podemos iniciar este capítulo com uma afirmação de Abgar Renault [1949, p. 17]:

A língua nacional é a disciplina por excelência da educação e da cultura. Preexiste a todas as demais e a todas sobreleva, porque é o seu instrumento único de expressão e comunicação. Só ela, tornando possível criar, transmitir e fixar o pensamento, torna possível a existência das demais na qualidade de conhecimentos e experiências incorporáveis ao nosso espírito.

Tal afirmação pode ser interpretada de algumas maneiras, contudo gostaria de destacar duas possíveis interpretações: a primeira, a preocupação com a unidade linguística; e a segunda, e principal, é o direito ao domínio das formas de expressão falada e escrita que todo cidadão brasileiro tem. Vejamos uma fala de Mattoso Camara

Jr. [1975, p. 16]: “Numa sociedade estruturada de maneira complexa a linguagem de um dado grupo social reflete-o tão bem quanto suas outras formas de comportamento. Deste modo, essa linguagem vem a ser uma marca desse status social”. Logo, a linguagem pode ser uma forma de ascensão social, não só pela linguagem em si, mas por todo o estudo necessário para o domínio dessa linguagem.

3. *Formalidade e informalidade*

Nós, professores de língua portuguesa, por diversas vezes nos vemos perdidos diante de uma dúvida: fazer com que o aluno utilize a língua segundo a norma culta, ainda que o resultado seja inadequado a muitas situações de uso, como “Dá-me um cafezinho por obséquio” ao pedir um cafezinho em uma padaria; ou deixar que o aluno fale da forma que se sinta mais à vontade e que seu grupo entenda. Esse tipo de dúvida é mais frequente do que podemos imaginar, e causa em alguns professores um desconforto em suas consciências.

Chegamos a uma questão fundamental em nosso texto: o grau de formalidade do discurso. De acordo com diversas variáveis em que alguém se encontra, usará diferentes tipos de linguagem. É muito pouco provável que algum falante brasileiro da língua portuguesa peça um cafezinho da forma exemplificada acima, embora neste caso a norma culta exija que a ênclise seja usada. Contudo, ao escrever uma carta a uma autoridade, ou um texto acadêmico, por exemplo, o uso da norma culta é fundamental.

Segundo Ferdinand de Saussure [2006], “Os costumes duma nação têm grande repercussão na língua”. O povo brasileiro é conhecido por sua informalidade, o que certamente influencia de forma decisiva a sua linguagem, tendendo a torná-la informal. Essa tendência à informalização é seguida pela mídia brasileira, que não utiliza mesóclises, por exemplo, em seus textos, sejam eles orais ou escritos. Helênio Fonseca de Oliveira [1999] faz uma observação importantíssima ao dizer que “Cabe, pois, ao professor ter sensibilidade para perceber – dentre as formas legitimadas pela gramática escolar – quais estão caindo em desuso e priorizar as que efetivamente ocorrem no português formal real do Brasil”.

A partir daí, é proposto o uso de textos formais em sala de aula para que o aluno possa entrar em contato com o léxico e as formas de escrita presentes nos textos formais, enquanto os textos com linguagem informal devem ser utilizados para que o aluno aprenda a respeitar variações diatópicas, cronológicas, sociais, e demais possíveis variações dentro da comunidade de falantes.

4. Erros de comunicação

Como vimos anteriormente, a comunicação pode se dar em âmbito mais formal ou mais informal, porém, isso não isenta nosso aluno de cometer erros. Já que somos professores de língua portuguesa, é nosso dever corrigir todo erro que nosso aluno possa cometer, uma vez que o aprendizado da norma padrão se dá gradualmente.

Ao invés de corrigir os alunos de forma grosseira e arrogante, devemos procurar inculcar em nossos alunos hábitos de leitura através de atividades que façam com que eles tomem gosto e desenvolvam tal hábito.

Mesmo que a gramática tradicional condene algumas formas, dependendo do momento e do lugar, são as mais adequadas. Vejamos alguns exemplos:

(1) “Fui no Maracanã”.

Neste exemplo, a gramática tradicional condena o uso da preposição *em*, sugerindo para o seu lugar, a preposição *a*. Entretanto, em uma conversa informal, ou em um bilhete de um filho para seu pai, temos o perfeito funcionamento comunicativo da expressão. Caso esse exemplo fosse uma crônica esportiva e estivesse escrito em um jornal ou fosse pronunciado por um jornalista na televisão ou no rádio, seria um erro de comunicação, uma vez que há o que Helênio chama de “erro relativo e decorrente do rebaixamento inadequado do registro”. Podemos perceber que este erro é relativo porque dependendo da situação, pode não ser um erro, e é decorrente do rebaixamento inadequado do registro porque se espera que um jornalista seja capaz de se comunicar de acordo com a norma padrão.

(2) “Amor, faça-me um suco, por obséquio”.

No exemplo (2), é usado o pronome enclítico, o que está de acordo com a norma culta, entretanto, um falante brasileiro provavelmente não usaria uma ênclise em um diálogo informal, o mais provável seria o uso da próclise. Esse pronome enclítico e o uso da expressão por obséquio, gera o que é chamado de pedantismo, ou seja, o emprego da linguagem formal em uma situação informal. Helênio nomeia este erro de *erro relativo e decorrente da elevação inadequada do registro*.

(3) “O erro ortográfico não foi meu”, na forma escrita.

No exemplo (3), o erro é absoluto, pois erro ortográfico é erro em qualquer situação, desde o texto jurídico até o bilhete informal. A ortografia é convencionalizada pelos falantes de uma língua, e é adquirida exclusivamente através do ensino escolar. Além disso, a ortografia é matéria de lei no Brasil e diz respeito exclusivamente à forma escrita da língua, não podendo ser dividida em formal ou informal. A grafia deve ser a mesma em quase todos os gêneros textuais. Helênio classifica esse erro como “erro absoluto ortográfico”.

(4) “Seu pai não lhe educou bem”.

No exemplo (4), o erro também é absoluto, pois o verbo educar é transitivo direto, e o pronome *lhe* sempre será objeto indireto. Logo, esse erro será erro em qualquer situação. Helênio classifica esse erro como “erro absoluto não ortográfico”.

5. Erros textuais

Helênio não se limitou a classificar os erros ao nível frástico, ele também os classificou no nível parafrástico da seguinte forma:

a) erro relativo de coesão textual: é o rebaixamento de registro por meio de repetição de um sintagma nominal, algo bastante usual no registro oral e típico da linguagem informal. Vejamos um exemplo:

(5) “Ele chegou ontem, ele estava cansado. Ele jantou e depois ele foi dormir”.

b) erro absoluto de coesão textual: são em geral os erros de concordância e os erros de substituição de um referente textual por um pronome, como no exemplo abaixo:

(6) “Como todos amavam *aqueles* livros, todos os universitários se empenharam na sua restauração. Após a restauração, *ele* foi dado à biblioteca da escola”.

O erro aqui se encontra no fato de “ele” se referir àqueles livros. Como aqueles livros se encontra no plural, ele não deveria se encontrar no singular, caracterizando uma coesão falha.

6. Conclusão

Este trabalho visou colaborar com os professores de língua portuguesa nas questões de correção da linguagem do aluno.

Ao utilizar a língua em suas diferentes vertentes, inevitavelmente o usuário ampliará seu círculo social e cultural. Essa ampliação se dará à medida que suas leituras se intensificarem. Como vimos nesse trabalho, a língua pode ser instrumento de ascensão social, desde que o professor consiga trabalhar na escola a noção da adequação linguística em diferentes situações de uso.

Também vimos que o erro existe e deve ser corrigido caso seja necessário, pois muitas vezes o que está caracterizado como erro pela gramática, na verdade está adequado à situação. Porém, se o erro for absoluto, o mesmo deve ser corrigido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 52. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

CAMARA JR., Mattoso. *História da linguística*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno. In: JÚDICE, Norimar et alii. (Org.). *Português em debate*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999, p. 65-82.

RENAUT, Abgar. Justificação, instruções e programas. In: *O ensino da língua portuguesa nas escolas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1949, p. 17.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SACCONI, Luiz Antonio. *Não erre mais!* 23. ed. São Paulo: Atual, 1998.